

O ESCOPO DO ELIMINATIVISMO RACIAL¹

Rogério Saucedo Corrêa

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: grosso modo, o eliminativismo racial é a tese segundo a qual os termos raciais devem ser eliminados dos léxicos, uma vez que não existe nada no mundo que lhes corresponda. Denomino esta formulação de eliminativismo atribuído. Esta é uma tese evidentemente falaciosa, pois prescreve a eliminação dos termos raciais a partir de uma descrição da realidade. Se proponho a eliminação dos termos raciais, então isso deve decorrer de razões normativas. Além disso, se mostro que uma teoria racial não descreve com sucesso algo na realidade que seja raça, uma vez que não existe raça no mundo, então esta teoria é falsa. Neste caso, tenho um eliminativismo racial ontológico, ou melhor, um ceticismo racial ontológico. Nesse sentido, sustento que o escopo do ceticismo racial ontológico é a raça entendida como uma propriedade genética hereditária. Para tanto, argumento que se raças são essências genéticas, então existem diferenças genéticas essenciais entre as raças. Não é o caso que existem diferenças genéticas essenciais entre as raças. Portanto, não é o caso que raças sejam essências genéticas.

Palavras-chave: Ceticismo racial ontológico, eliminativismo racial atribuído, eliminativismo racial normativo.

Abstract: Roughly speaking, racial eliminativism is the thesis that racial terms should be eliminated from lexicons, since there is nothing in the world that corresponds to them. I call this formulation attributed eliminativism. This is an evidently fallacious thesis because it prescribes the elimination of racial terms from a description of reality. If I propose the elimination of racial terms, then this must follow from normative reasons. Furthermore, if I show that a racial theory does not successfully describe something in reality that is race, since there is no race in the world, then this theory is false. In this case, I have an ontological racial eliminativism, or rather, an ontological racial skepticism. In this sense, I maintain that the scope of ontological racial skepticism is race understood as a heritable genetic property. To this end, I argue that if races are genetic essences, then there are essential genetic differences between races. It

¹ Este artigo é uma versão ligeiramente modificada do primeiro capítulo da minha tese “*Ceticismo Racial Robusto*” defendida na UFPE como requisito parcial para a progressão para Professor Titular. Meu ceticismo é robusto, pois ele coloca sob suspeição dois tipos de realismos raciais. Por um lado, o realismo racial natural ou biológico. Por outro lado, o realismo racial construtivo constitutivo. Desse modo, meu argumento é formulado em três estágios. No primeiro, coloco sob suspeição o realismo genético. No segundo as concepções cladística, geográfica e tipológica de raça. Por fim, o realismo racial construtivo constitutivo. Aqui, restrinjo-me ao primeiro estágio e uso os termos ceticismo racial ontológico e eliminativismo racial ontológico como sinônimos, pois meu ceticismo é inspirado pelo eliminativismo racial. Dito de outra forma, meu ceticismo é inspirado pela versão ontológica do eliminativismo racial que difere do eliminativismo racial atribuído. Nosso ponto em comum, portanto, é que ambos operamos no nível ontológico.

is not the case that there are essential genetic differences between races. Therefore, it is not the case that races are genetic essences.

Keywords: Ontological racial skepticism, ascribed racial eliminativism, normative racial eliminativism.

1. Introdução

O debate contemporâneo em metafísica da raça orbita a questão sobre a existência ou não de raças. As respostas dividem-se em afirmativas ou negativas. As afirmativas são denominadas realistas, dado que dizem que raças existem e são reais. A negativa é denominada eliminativista, pois ela diz que não existem raças.

O realismo racial é constituído pelos realismos de tipo natural e social. O natural é composto por teorias biológicas. Estas podem ser de natureza genética ou não. Se digo que a raça é uma propriedade genética hereditária, então sou um realista natural biológico genético ou simplesmente um realista genético. Se digo que a raça é um clado, por exemplo, sou um realista natural biológico não genético. Aqui, as diferenças entre as teorias dependerão do que se entende por propriedade racial. Algumas das respostas mais importantes são a geográfica (MAYr, 1999), a cladística ou filogenética (ANDREASEN, 1998, 2004 e 2007; KITCHER, 1999) e a ecológica (PIGLIUCCI; KAPLAN, 2003)².

O realismo social é fortemente difundido nas ciências humanas. Aqui, ele é mais conhecido sob a denominação de construtivismo³. Quando ele é aplicado às questões raciais, denomina-se construtivismo racial. Na metafísica da raça, talvez, os construtivistas mais conhecidos sejam Charles Mills (1998; 2023) e Sally Haslanger (2012). Grosso modo, o construtivismo racial defende que raças são construções sociais. Esta resposta é análoga à oferecida para a questão de gênero. Assim, se digo que raças são construções sociais, então sou um realista social construtivista ou simplesmente um construtivista racial.

Esse quadro geral fornece uma visão, ainda que vaga, da variedade de teorias, da complexidade e da quantidade de questões envolvidas no debate racial contemporâneo. É claro que os proponentes de cada uma das teorias apresentam as suas razões para defenderem as suas perspectivas. Dado esse quadro, o meu objetivo neste texto é delimitar e analisar a posição

² Minha análise desconsidera a teoria racial ecológica.

³ Ver Berger; Luckman (1985), Bloor (2009) e Mahery; Faucher (2005).

eliminativista. Isso significa identificar o argumento eliminativista, assim como identificar quem ou qual é o objeto da sua crítica.

Analizar e delimitar o escopo do argumento eliminativista é importante, pois, se o seu alcance é limitado às concepções realistas genéticas, então posso denominá-lo eliminativismo restrito. No entanto, se o argumento ou uma versão dele vale para outras concepções naturalistas, então tenho uma versão expandida. Por fim, se ele também vale para o construtivismo racial, então tenho um eliminativismo robusto. De acordo com este, não existem raças de quaisquer tipos⁴. Como ficarei restrito ao realismo genético, meu argumento pode ser formulado da seguinte forma. Se raças são essências genéticas, então existem diferenças genéticas essenciais entre as raças. Não é o caso que existem diferenças genéticas essenciais entre as raças. Portanto, não é o caso que raças sejam essências genéticas.

Para dar conta da afirmação de que não é o caso que raças sejam essências genéticas, estruturo este artigo em três seções. Na primeira, intitulada “Eliminativismos”, meu objetivo principal é distinguir três tipos de eliminativismo, ou seja, o atribuído, o normativo e o ontológico. Esta distinção é fundamental para mostrar o caráter falacioso do eliminativismo atribuído e delimitar o âmbito antológico no qual a minha versão de eliminativismo opera. Na segunda seção intitulada “As bases do eliminativismo ontológico: o consenso ontológico”, tenho quatro objetivos. Primeiro, apresentar o consenso ontológico. Este é a tese segundo a qual não existem raças genéticas humanas. Segundo, mostrar que o isolamento reprodutivo e a mobilidade são duas condições que devem ser satisfeitas para ocorrer especiação em espécies não humanas. Terceiro, apresentar e explicar os principais resultados da genética populacional dos anos setenta para a variabilidade alélica da espécie humana. Por fim, em quarto lugar, analisar o uso que os geneticistas fazem dos termos raciais. Desse modo, dissiparei uma possível objeção de contradição às principais pesquisas em genética populacional, a saber, que os geneticistas incorrem em contradição, uma vez que falam de diferentes raças e afirmam que não existem raças.

⁴ Deixo para outra oportunidade este dois passos adicionais. Como já afirmei em nota anterior, na minha tese formulei um argumento cético que inclui as concepções geográfica, cladística, tipológica e construtivista social constitutiva, mas aqui restrinjo-me ao realismo genético. Neste ponto, o leitor deve observar que minha posição é inspirada pelo eliminativismo racial, mas não pelo eliminativismo racial atribuído ou eliminativismo racial que é atribuído a Appiah e Zack. Minha posição difere deste último, pois não proponho a eliminação de termos raciais em função da vacuidade deles. Aqui, reforço que uso os termos eliminativismo racial ontológico e ceticismo racial ontológico como sinônimos. Faço isso como uma deferência à Appiah e Zack. O leitor deve observar que minhas razões, assim como as de Appiah e Zack operam apenas no nível ontológico.

2. Eliminativismos

Geralmente, o eliminativismo é atribuído a Anthony Appiah (1985; 1989; 2010; 2006a; 2006b) e Naomi Zack (1993; 2002; 2006; 2016 e 2022). Para mencionar apenas dois casos, tanto Sally Haslanger (2012) quanto Alicia Ney (2014) fazem isso. Se aqueles pensadores estão corretos, então o modo como tratamos a raça de um ponto de vista teórico está errado, assim como as nossas práticas sociais. A inversa também é verdadeira. Se existem raças, então o eliminativismo está errado. Por isso, uma análise dessa posição é relevante.

Um aspecto interessante dessa discussão é que nem Appiah, nem Zack formulam um argumento explicitamente eliminativista. Geralmente, ele é inferido e lhes atribuído a partir das análises que ambos oferecem nos seus textos. Nesse sentido, por exemplo, Haslanger afirma que os “Eliminativistas raciais sustentam que falar de raças não é melhor que falar de bruxas ou fantasmas e para alcançarmos justiça social devemos parar de participar da ficção que subscreve o racismo”⁵ (HASLANGER, 2008, p. 57). Paul Taylor, ao analisar a crítica de Appiah à concepção de raça de Du Bois, afirma estar interessado “na metafísica do eliminativismo de Appiah porque frequentemente ele diz que deveríamos parar de falar sobre raça sob pena de vários tipos de erros morais, mas ele argumenta principalmente que nós deveríamos parar de falar sobre raça porque isso não existe” (TAYLOR, 2000, p. 104).

Até mesmo Zack formula a tese nesses termos⁶. Creio, no entanto, que a sua formulação apresenta um argumento de modo mais explícito. Nesse sentido, ela diz que “A posição eliminativista seria que deveríamos nos ‘livrar da raça’, pois a ideia de raça é baseada numa ciência agora descartada e esta ideia tem sido a origem de grande miséria humana e injustiça” (ZACK, 2018, p. 140). Portanto, a tese é que o eliminativismo defende que devemos nos livrar da raça. As evidências a favor dessa conclusão são duas⁷. Uma diz que “a ideia de raça está baseada numa ciência descartada”. Outra diz que “a ideia de raça é origem de miséria humana e injustiça”. Por fim, Albert Atkin sustenta que o eliminativismo é “a visão de que deveríamos acabar com a raça, expurgá-la das nossas paisagens linguísticas e cognitivas” (ATKIN, 2014, p. 78).

⁵ Todas as traduções são de minha autoria excetuando-se os textos que já foram traduzidos para o português. O leitor poderá verificar quais textos possuem traduções para o português nas referências.

⁶ Ou melhor, Zack formula a tese nesses termos, mas se trata da tese que lhe é atribuída.

⁷ Como mostro adiante, esta distinção é fundamental para se evitar confusões.

Todas as atribuições citadas acima são feitas com base ou a partir das análises desenvolvidas por Appiah e Zack. Portanto, elas têm respaldo textual. Por isso, é útil recorrer a algumas dessas passagens para fins de clareza analítica. Appiah nega a existência de raças em, pelo menos, quatro textos diferentes. O primeiro é “*The uncompleted argument: Du Bois and the Illusion of race*” (APPIAH, 1985). Como se pode inferir a partir do título, nele seu principal interlocutor é Du Bois. Em particular, ele está interessado em discutir o modo como Du Bois “assimila a natureza não biológica da raça” (*Ibid.*, p. 22). Desse modo, a passagem abaixo aparece no final do artigo:

Mas é muito improvável que a biologia corrente, mesmo depois do projeto genoma, endosse categorias como raça que são essencializadas (no sentido da psicologia); ou atribua muito interesse às subespécies humanas, dadas as barreiras muito baixas para o fluxo gênico entre grupos humanos ao longo da escala de tempo evolutiva. Se você deseja dizer que existem raças, entenda raça como uma identidade social, eu sugiro. Mas saiba que, como o conhecimento biológico e histórico sobre elas é difuso, os critérios de atribuição associados a elas provavelmente mudarão (*Ibid.*, p. 381).

O começo da passagem acima vincula biologia à raça entendida como essência. Este é um tema recorrente nos textos de Appiah. Posteriormente, esta relação será formulada em termos da noção de racialismo. Para este, a raça é uma propriedade hereditária essencial da espécie humana, em função da qual é possível classificar os tipos humanos em raças (APPIAH, 2010, p. 33). A questão central da passagem acima, porém, é mostrar que a biologia não endossa uma concepção essencialista de raça. Por isso, se alguém quer falar sobre raças, deve considerá-las como uma categoria social.

Fazer isso, no entanto, tem um preço. Quem considera a raça como uma categoria social tem que reconhecer o caráter mutável dos critérios usados para tanto. Por exemplo, os critérios usados no Brasil para se dizer quem é negro ou branco mudam relativamente aos critérios usados nos Estados Unidos, e vice-versa. Por quê? Porque, se a raça é uma construção social, então ela está ancorada numa determinada sociedade. Isso inclui as práticas e valores sociais desta sociedade. Como as práticas e valores sociais do Brasil diferem das práticas e valores sociais dos Estados Unidos, segue-se que não necessariamente um branco brasileiro será um branco norte-americano. Esse resultado vale para qualquer raça. Appiah menciona a alternativa construtivista, no entanto, como uma sugestão, e a passagem torna patente que ele nega a existência de raças genéticas.

O segundo texto em que Appiah nega a existência de raças é “*The conservation of ‘race’*” (APPIAH, 1989). Neste, a negação da existência de raças genéticas é mais enfática. Este artigo é uma resposta às críticas ao artigo anterior, “*The uncompleted argument: Du Bois and the Illusion of race*” (APPIAH, 1985). Após enumerar alguns pensadores com os quais debate, Appiah afirma:

E a minha experiência em conversas, desde que publiquei o artigo, é que muitos dos estudantes americanos e estudiosos que normalmente discutem o trabalho de Du Bois não sabem que é um truismo biológico que afro-americanos (ou judeus, ou brancos) não constituem uma ‘raça’, aqueles que ‘sabem’ frequentemente não sabem o porquê (APPIAH, 1989, p. 39).

A passagem é muito explícita. Afro-americanos, judeus, brancos, amarelos, seja lá o que for que se designe por termos raciais, não são raças. Afirmações desse tipo são uma constante nos textos de Appiah. Ele reitera-a, por exemplo, em dois textos de dois mil e seis. No primeiro, após abordar a concepção populacional de raça de Ernst Mayr, ele diz:

Eu não tenho problemas com pessoas que desejam usar a palavra ‘raça’ em genética populacional. Aquilo sobre o que Darwin falava - evolução, especiação, adaptação - pode ser bem entendido em termos da fala de populações. E o fato é que em muitas plantas e animais há, de fato, populações locais isoladas reprodutivamente de outras, diferentes em formas agrupadas e biologicamente significativas, e ainda capazes de cruzamento, se forem mantidas juntas artificialmente; e biólogos de antes e depois de Darwin poderiam chamá-las ‘raças’. Exatamente isso que não acontece em seres humanos. Nesse sentido, existem raças biológicas em algumas criaturas, mas não em nós. (APPIAH, 2006a, p. 472).

Conforme a passagem acima, faz sentido usar o termo raça para falar das raças de outras espécies, mas isso não é o caso para seres humanos. Dito de outro modo, posso falar com sentido de raças biológicas de equinos, por exemplo. O problema, no entanto, é falar de raças biológicas humanas. Por quê? Porque a espécie humana não tem raças biológicas, pois as populações humanas não cumprem com a exigência de isolamento reprodutivo⁸. No segundo texto, a tônica da afirmação da passagem acima se repete. Desse

⁸ Isolamento reprodutivo é a incapacidade de os indivíduos de uma população natural cruzarem com indivíduos de outras populações em função de determinados mecanismos. Analiso esta condição na sequência.

modo, na última seção de “*How to decide if races exist?*” (APPIAH, 2006b), consta o seguinte:

Vivemos numa civilização científica. Esta é uma razão, eu suspeito, pela qual as pessoas desejam que as categorias com as quais elas se importam sejam científicas. Há, como tenho sugerido, maneiras pelas quais a raça popular poderia estar conectada com fatos biológicos. Mas é muito improvável que a biologia atual endosse categorias semelhantes às de raça que são essencialistas (no sentido psicológico), ou tenha muito interesse em subespécies humanas, dadas as baixas barreiras para fluxo gênico entre grupos humanos ao longo da escala de tempo evolutiva. Se você deseja dizer que existem raças, entenda raça como uma identidade social, eu sugiro. Mas saiba que, como o conhecimento biológico e histórico sobre elas é difuso, os critérios de atribuição associados a elas provavelmente mudarão (*Ibid*, p. 381).

A formulação dessa passagem é muito semelhante, se não a mesma, à do primeiro artigo de mil novecentos e oitenta e cinco. Como as populações humanas possuem um grau de isolamento reprodutivo muito baixo, o fluxo gênico entre os diferentes grupos humanos é alto. Logo, é difícil considerar as populações humanas como raças, pois o isolamento reprodutivo é um critério biológico fundamental para uma espécie possuir raças.

Por fim, uma passagem que repete o que saliente, mas de maneira muito mais enfática, é a seguinte:

A verdade é que não existem raças: não há nada no mundo capaz de fazer aquilo que pedimos que a raça faça por nós. Como vimos, até mesmo a noção do biólogo tem apenas usos limitados, e a noção que Du Bois requeria, que subjaz aos racismos mais odiosos da era moderna, não se refere a absolutamente nada que exista no mundo (APPIAH, 2010, p. 75).

Insisti nessas citações por três razões. Primeiro, para mostrar que há, de fato, fortes evidências textuais para se postular ou atribuir o eliminativismo à Appiah. Segundo, para destacar que o principal alvo da negação da existência de raças é a concepção de raça genética, embora em uma das citações ele se refira à raça dos biólogos⁹. Estender esta tese negativa para outras definições de raça automaticamente é, no mínimo, precipitado. Em especial, estendê-la para incluir a cladística e a raça socialmente construída é algo a ser analisado.

⁹ Não está claro se nesta passagem Appiah entende “raça do biólogo” como “raça geográfica”. Tendo a lê-las como sinônimas.

Isso vale até mesmo no caso da raça geográfica. Creio que também seja necessário avaliar se esta cai sob o escopo do eliminativismo. Terceiro, para distinguir três aspectos fundamentais naquilo que a literatura chama eliminativismo.

O primeiro aspecto que destaco na discussão sobre o eliminativismo é a diferença entre a tese da inexistência de raças e a tese da eliminação dos termos raciais dos léxicos. Dizer que não existem raças ou que não existe nada no mundo que corresponda aos termos raciais é diferente de dizer que devemos nos livrar destes termos. Se não existe nada no mundo que corresponda aos termos raciais usados pelos falantes, então eles são carentes de significado ou vácuos. Desse modo, a natureza semântica deles é análoga à dos termos ficcionais, como, por exemplo, *Batman* e Sauron. Os falantes devem parar de falar sobre *Batman* e Sauron porque eles não existem na realidade? Muito dificilmente, pois os termos ficcionais são usados com pleno sentido, ainda que sejam vácuos. Se eu disser que sou fã do *Batman*, qualquer pessoa entenderá. O problema com os termos raciais, portanto, é outro. Termos raciais engendram injustiças de diferentes tipos¹⁰. Por exemplo, uma pessoa depreciada devido à sua raça é vítima de racismo. Isso não ocorre com termos ficcionais.

Se a minha análise acima está correta, o eliminativismo é uma posição híbrida, pois ele tem uma dimensão descritiva e outra prescritiva. Este é o segundo aspecto que destaco. A dimensão descritiva é a caracterização negativa da realidade racial, pois não existem raças no mundo. A dimensão prescritiva é a recomendação de se descartar ou se livrar dos termos raciais, dado que eles são fonte de injustiças. No entanto, estas dimensões são independentes. Um falante pode concordar comigo que não existem raças e manter a sua posição de que o uso de termos raciais é relevante, e vice-versa¹¹.

Nesse sentido, Carter faz uma distinção parecida com a minha. Segundo ele, o eliminativismo consiste em duas posições separadas. Por um lado, o céptico e, por outro lado, o normativo. O primeiro defende “que termos raciais são sem sentido e que a fala racial deve ser eliminada do discurso racial público e privado porque não existem essências raciais naturais e as raças não são tipos biológicos naturais” (CARTER, 2014, p. 35-36). O segundo “advoga descartar totalmente o conceito de raça” (*Ibid.*, p. 38).

¹⁰ Uma rápida busca na internet resulta em uma quantidade significativa de matérias sobre racismo na vida ordinária brasileira. Do ponto de vista epistemológico, por exemplo, o leitor encontrará uma análise da percepção, concepção, memória, testemunho e interesse motivacional de grupo em Mills (2018). Mills menciona muitos exemplos de injustiças epistêmicas para estes casos.

¹¹ À primeira vista, parar de usar termos raciais parece fazer sentido, caso eu seja um antirracista.

Os argumentos oferecidos por Carter para os casos acima são os seguintes. Dado que não existem essências raciais, e já que não existem propriedades genéticas únicas que expliquem diferenças significativas entre raças do ponto de vista social, cultural, comportamental ou cognitivo, então explicações densas de raças são falsas. Como explicações densas de raças são racialistas, pois operam com noções raciais essencialistas, segue-se que elas são falsas. No caso da dimensão normativa, o argumento é o seguinte. Se existem populações com um grau elevado de isolamento reprodutivo, então elas são os referentes dos conceitos de raça. Assim, Bascos e Amish são possíveis candidatos a este tipo de raça.

No entanto, ordinariamente Bascos e Amish não são considerados raças, pois o que se costuma chamar raças são populações com baixo isolamento reprodutivo. Populações com baixo isolamento reprodutivo possuem alto grau de cruzamento entre indivíduos de diferentes populações. Portanto, o contrário do que ocorre com Bascos e Amish. Consequentemente, as raças caracterizam-se por baixo isolamento reprodutivo. Se Amish e Bascos não são raças e se as raças que normalmente são consideradas raças, de fato, não o são, então há uma disparidade entre os conceitos raciais e os seus referentes (*Ibid.*, pp. 38-39). Salvo dois detalhes que considerarei na sequência, creio que esta formulação está correta.

Atkin tem uma posição um pouco diferente da de Carter, pois ele não distingue entre um eliminativismo normativo e outro cético (ATKIN, 2014, p. 79). Nesse sentido, dado que os conceitos científicos de raça não mostram que elas são tipos biológicos, e dado que as práticas sociais e históricas que envolvem os conceitos e categorizações raciais não são suficientes para lhes conferir realidade, e como rótulos raciais e práticas racializadas da vida cotidiana geram divisões, são negativas e socialmente destrutivas, segue-se que os pensamentos e falas raciais devem ser abandonados.

Por causa disso, Atkin pensa que o eliminativismo é motivado por dois aspectos. Por um lado, em função da falta de realidade científica e social da raça. Por outro lado, pelos impactos negativos da raça. Estas duas motivações são de naturezas distintas. A primeira é de natureza ontológica e a segunda de natureza normativa. Assim, embora Atkin não distinga entre um eliminativismo cético e outro normativo, tal como faz Carter, a sua descrição captura estas duas dimensões.

Por fim, recorro a uma última formulação. Em “*Why I write so many books about race*” (ZACK, 2016), o qual é uma espécie de autobiografia intelectual, Zack apresenta a tese eliminativista. Numa passagem, ela afirma que o seu objetivo em “*Philosophy of Science and race*” (ZACK, 2002) era analisar

a existência de fundamentos científicos para divisões científicas de raças humanas na biologia, na genética de populações e na antropologia. A esse respeito, no entanto, ela concluiu que “... não existe fundamento científico para nossa ideia ordinária ou senso comum de que a existência de raças humanas é um fato biológico” (ZACK, 2016, p. 135). Isso significa simplesmente que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem ou não são reais. Esta concepção, afirma Zack, denomina-se eliminativismo racial. Devidamente formulada, a tese defende que a raça deve ser eliminada, pois não existe fundamento científico biológico para dividir os seres humanos em raças. Aqui, um aspecto interessante é que Zack não se reconhece como uma eliminativista racial, dado que ela alega falta de clareza nesta tese. A tese é obscura, uma vez que é impossível eliminar as raças, dado que elas não existem.

Dito tudo isso, faço um balanço dos pontos apresentados acima. Começo pela posição de Carter. Creio que a distinção entre eliminativismo cético e normativo está correta em espírito. Por isso, ela se coaduna com a minha distinção entre um nível descritivo e outro normativo. No entanto, Carter comete um pequeno erro ao descrever o eliminativismo cético. Segundo ele, os termos raciais são sem sentido e devem ser eliminados porque não existem essências raciais. Dito de outro modo, eles devem ser eliminados porque são vácuos. Essa exigência, no entanto, não procede. Na verdade, do fato de os referentes dos termos raciais não existirem, só se segue que os termos são vácuos. A exigência normativa deve se seguir de aspectos morais ou normativos. Este é o terceiro aspecto fundamental que distingo na literatura sobre o eliminativismo. Creio, no entanto, que uma prescrição de eliminação de termos raciais com base em aspectos normativos é factível ou, pelo menos, defensável.

Uma posição segundo a qual a prescrição de eliminação de termos raciais faz-se com base em aspectos normativos é inspirada em Appiah. Em duas passagens que citei acima, pelo menos, apareceu a vinculação do essencialismo com a raça. Como afirmei, isso remete diretamente ao racialismo. Para este “... existem características hereditárias, possuídas por membros da nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça” (APPIAH, 2010, p. 33). Assim, os traços e características de uma raça são sua essência racial. Por isso, o racialismo é um essencialismo. Como tal, ele é apenas uma teoria falsa. Porém, os problemas surgem quando ele ocorre associado ao racismo extrínseco e/ou ao intrínseco.

O racismo extrínseco é a tese segundo a qual posso distinguir moralmente os membros das diferentes raças porque a essência racial implica qualidades morais relevantes (*Ibid.*, p. 33). Por exemplo, se digo que Fulano é traiçoeiro porque isso decorre da essência da sua raça, então a minha afirmação é racista extrínseca. Observe que o traço moral atribuído também pode ser positivo. Se digo que Sicrano é trabalhador e honesto porque isso decorre da essência da raça dele, então também faço uma afirmação racista extrínseca. Esta concepção, portanto, tanto pode ser em função da atribuição de um traço moral negativo quanto de um traço moral positivo, pois ela decorre da suposição de que raças possuem essências que implicam nas características morais dos indivíduos. Por isso, o racismo extrínseco é racialista ou essencialista.

O racismo intrínseco, por sua vez, é a tese segundo a qual as raças possuem traços ou características morais diferentes (*Ibid.*, p. 35). Nesse caso, não é necessário que Fulano ou Sicrano expresse ou apresente o traço moral, pois ele será considerado traiçoeiro ou honesto independentemente de portar ou expressar tais traços morais. Por exemplo, suponha que Beltrano é uma pessoa sabidamente trabalhadora e honesta. Diante disso, digo que as pessoas podem confiar em Beltrano, dado que ele é honesto. Além disso, afirmo que a honestidade de Beltrano decorre do fato de ele ser da raça *y*, cuja característica fundamental é a honestidade. Neste exemplo, Beltrano é sabidamente uma pessoa honesta e trabalhadora. No entanto, isso não é uma condição necessária para lhe atribuir a honestidade, dado que posso fazer isso sem saber que ele é honesto de fato. Atribuo a honestidade a Beltrano porque assumo que ela é uma característica da raça dele. O racismo intrínseco, portanto, também é um racialismo. Logo, também é essencialista.

Estas formas de racismo podem ter consequências danosas, uma vez que elas informam crenças dos indivíduos nas diversas práticas sociais. Posso aceitar ou recusar a contratação de um candidato a uma vaga de emprego, pois penso que ele é honesto ou desonesto. A minha decisão tanto pode ser com base num racismo extrínseco, quanto com base num racismo intrínseco. Evidentemente, o caso pode envolver uma característica moral positiva. Suponha, por exemplo, que recuso contratar o candidato, porque no currículo dele consta uma demissão de um antigo emprego. Disso, concluo indevidamente que ele foi demitido porque é desonesto e ele é desonesto porque pertence a uma raça cuja essência é a desonestidade. Assim, a atitude desonesta que culminou na sua demissão decorre da essência da raça do candidato. Minha decisão, portanto, é embasada num racismo extrínseco.

Suponha também que, após uma conversa sobre o caso, o meu sócio discorde da minha decisão. Ele discorda da minha decisão, pois a considera absurda, dado que, contrariando o racismo extrínseco, para ele as características morais não são essências da raça do candidato. Elas não são essências raciais simplesmente porque não existem raças. Portanto, a desonestade do candidato não é implicada pela essência da sua raça. No entanto, como sou uma pessoa intransigente, mantenho a minha decisão de não o contratar com base na minha crença racista extrínseca. Em casos assim, afirma Appiah (2010, p. 34), tenho um déficit cognitivo, dado que não reconheço a falsidade da tese que suponho para tomar a minha decisão. Déficit cognitivo é relativo a uma dimensão epistêmica. Logo, não se trata de uma questão moral, ainda que se trate de um erro.

Agora, suponha que contrato o candidato, mas decido isso com base na crença de que ele é de determinada raça honesta. Como creio que a honestidade é uma característica moral da raça do candidato, então decido contratá-lo com base nisso. Portanto, a minha decisão está embasada numa crença racista intrínseca. Aqui, de fato, há um problema moral. Por quê? Porque a minha crença é que a raça porta o traço moral.

Minha posição contém dois erros. Por um lado, não existem raças. Se algo não existe, então não faz sentido atribuir-lhe um traço moral¹². Situações desse tipo são plausíveis em contextos ficcionais. Qualquer um entenderá a minha afirmação de que *Batman* é um herói corajoso. A existência ou não de raças, no entanto, não está no nível ficcional. Na melhor das hipóteses, a resposta desta questão demanda a intersecção de diferentes áreas, como, por exemplo, a genética, a antropologia e a filosofia. Por outro lado, mesmo que existissem raças, traços morais são características atribuíveis às ações e condutas humanas. Desse modo, se atribuo a honestidade a uma determinada raça, cometo um erro moral ou de avaliação moral. Nesse caso, portanto, Appiah está correto. Por isso, se opero com um conceito racialista intrínseco de raça, posso afirmar que cometo um erro moral.

A distinção de Atkin entre eliminativismo normativo e céítico, embora correta, também tem uma consequência equivocada. Atkin conclui que os termos raciais devem ser eliminados, porque não existem raças genéticas e sociais. Entretanto, ele acerta ao dizer que o eliminativismo é motivado pela falta de realidade científica e social da raça, por um lado, e, por outro lado, devido aos impactos negativos da raça.

¹² É verdade que fazemos isso com personagens ficcionais. No entanto, deve-se lembrar que são personagens ficcionais.

Desse modo, a justificativa correta para defender a eliminação de termos raciais são os impactos negativos que os usos dos termos raciais causam. Portanto, a posição eliminativista tem duas dimensões. Esta distinção pode ser mantida desde que se faça duas correções. Primeiro, reconhecer que a razão de base da dimensão cética é o consenso ontológico, que se restringe a concepções realistas genéticas de raça. Segundo, que a razão para se eliminar termos raciais são as injustiças que os usos deles causam. Consequentemente, deve-se observar que as injustiças justificam a eliminação dos termos raciais desde que se trate de casos que envolvam racismo intrínseco.

Por fim, um ponto fundamental aparece no autorreconhecimento de Zack. Ela diz não se considerar eliminativista, pois esta tese é obscura, uma vez que propõe eliminar as raças. Como é impossível eliminar algo que não existe, aí está a razão da obscuridade. Aqui, o ponto relevante é que Zack fala de raças no nível ontológico. Portanto, a sua perspectiva desconsidera o nível normativo. Esta observação é relevante, dado que joga luz sobre três dimensões que operam nas atribuições de termos raciais.

Se digo que Fulano é negro ou branco, então faço a minha atribuição racial por meio do uso de termos raciais. Por seu turno, se digo que Beltrano é desonesto ou honesto porque a desonestade e a honestidade são traços característicos da raça dele, então também faço essa afirmação usando termos raciais. Posso analisar estas atribuições do ponto de vista do significado dos termos raciais. Nesse caso, desenvolvo uma análise linguística, que pode ser pragmática, semântica e até mesmo sintática. Também posso focar a minha análise na existência daquilo que chamo raças. Aqui, trata-se, portanto, de uma análise ontológica. Por fim, posso focar na dimensão prática ou normativa envolvida nas atribuições raciais. Nesse caso, a análise é moral ou ética.

Os três aspectos acima devem ser considerados nas discussões raciais. Por exemplo, assumi que uma prescrição não se segue de uma descrição para criticar a explicação de Carter, uma vez que são níveis separados. Isso, no entanto, é discutível, pois também posso assumir que termos raciais são espessos (*thick concepts*)¹³. Em casos assim, o termo racial com o qual opero tem uma dimensão semântica e moral. Consequentemente, a análise a ser desenvolvida deve ser sensível a situações desse tipo. Manterei a minha posição de que prescrições são independentes de descrições, embora isso mereça uma análise pormenorizada. Desse modo, do fato de eu ser um cético

¹³ Considero esta via de análise muito profícua, mas não vou explorá-la para não fugir do meu foco. De qualquer forma, há uma significativa literatura sobre este tópico. Menciono, a título de sugestão, os trabalhos de Payne (2005), Elstein; Hurka (2009), Tappolet (2004), Eklund (2011) e Miscevic (2011).

racial não se segue necessariamente que eu deva eliminar termos raciais. Portanto, a legitimidade para manter uma ou outra posição requer razões que sirvam caso a caso.

Dado tudo isso, estou em condições de formular um argumento que foca apenas no nível ontológico. Como ele é inspirado no argumento apresentado por de Alicia Ney, então, primeiro apresento este e depois o meu.

Eliminativismo a partir da genética (EG): se categorias raciais são categorias biológicas, então existem diferenças genéticas entre as raças além dessas relacionadas à morfologia. Não é o caso que existem diferenças genéticas entre raças, exceto as relativas à morfologia. Portanto, categorias raciais não são categorias biológicas (NEY, 2014, p. 268)¹⁴.

Esse argumento é interessante por três razões. Primeiro, porque indica a fonte ou pano de fundo da discussão. Trata-se de um argumento baseado na genética. Explorarei este ponto mais adiante, pois ele ajuda a entender melhor o escopo do eliminativismo. Segundo, porque ele mostra, corretamente, que, do fato de não existirem raças genéticas no mundo, segue-se que categorias raciais não podem ser biológicas. Quando alguém usa termos raciais para falar de afro-brasileiros, esta pessoa não emprega uma expressão biológica.

Em terceiro lugar, o argumento é interessante porque permite que eu delimito melhor o alvo da eliminação. Na versão de Ney, trata-se de uma incongruência entre os níveis linguístico e ontológico, pois, dado que não existem coisas no mundo que satisfaçam as categorias raciais, então estas não são biológicas. Note que a conclusão não é uma prescrição¹⁵. Ela apenas afirma que categorias raciais não são categorias biológicas. Se as raças fossem essências genéticas, então as categorias raciais seriam categorias biológicas. Creio que a conclusão de Ney está correta. No entanto, reformulo o argumento para priorizar o nível ontológico. Desse modo, tenho o seguinte:

¹⁴ Neste texto Ney apenas apresenta ou descreve as posições que fazem parte do debate racial contemporâneo. Portanto, ela não defende um eliminativismo ontológico. De qualquer modo, sua formulação do argumento eliminativista é mais feliz que outras posições do debate, uma vez que ela se restringe ao nível ontológico. Esse aspecto que inspira minha posição.

¹⁵ Este é o principal aspecto da versão do argumento de Ney que inspira o meu argumento. Sua formulação acerta o alvo com precisão, pois opera apenas no nível ontológico e não propõe uma prescrição a partir de uma descrição da realidade. Na minha formulação, porém, os termos categoria racial e categoria biológica desaparecem, pois, desse modo, enfatizo mais o aspecto ontológico.

Eliminativismo ontológico (EO): se raças são essências genéticas, então existem diferenças genéticas essenciais entre as raças. Não é o caso que existem diferenças genéticas essenciais entre as raças. Portanto, não é o caso que raças sejam essências genéticas.

(EO) possui virtudes tanto quanto (EG). A primeira é que o seu escopo se restringe à dimensão genética, pois o antecedente do condicional é formulado em termos de essência genética. A segunda é que a verdade da negação do consequente é dada pelos resultados das pesquisas em genética populacional dos anos setenta. Estes resultados são denominados consenso ontológico¹⁶. Desse modo, a terceira virtude é que a conclusão também se restringe ao nível ontológico. Consequentemente, a quarta virtude é colocar de lado a paridade entre os níveis linguístico e o ontológico. Como já mencionei acima, termos vazios são usados com pleno sentido no dia a dia. Se alguém diz que Batman é corajoso, então fala com sentido. Mais do que isso, a sua fala tem tanto sentido que outros falantes a entendem plenamente. Se esta consequência é o caso, então, a quinta virtude consiste em que (EO) bloqueia a tentativa de se derivar uma prescrição a partir de uma descrição. As pessoas falam sobre raças usando termos vazios e nem por isso eles devem ser eliminados. Se isso é necessário, então fica explícito que as razões para a eliminação de termos raciais devem ser de ordem normativa.

No entanto, (EO) deixa em aberto a possibilidade de se formular uma prescrição. Esta é sua sexta virtude. Para tanto, ela deve ser formulada tomando em conta o racialismo intrínseco. De qualquer modo, trata-se de uma prescrição que visa bloquear ou reprimir o uso de termos raciais embasados em crenças racialistas intrínsecas. Isso é diferente de simplesmente propor a eliminação dos termos raciais dos léxicos. Assim, esta é a sétima virtude de (EO).

A segunda e a terceira virtudes mencionadas acima remetem diretamente ao consenso ontológico. Por isso, é importante analisar os trabalhos genéticos dos anos setenta para se ter mais precisão nestes pontos. Antes disso, porém, formulo a versão normativa do eliminativismo racial. Denomino-a eliminativismo normativo para salientar que ela opera apenas no nível normativo.

Eliminativismo normativo (EN): Se termos raciais engendram injustiças, então eles devem ser eliminados dos léxicos. Termos raciais engendram injustiças. Portanto, eles devem ser eliminados dos léxicos.

¹⁶ Para tanto, ver Mallon (2004).

(EN) tem uma grande virtude. Ele opera apenas no nível normativo. Ele não incorre no erro de inferir a necessidade de eliminar termos raciais a partir da descrição da realidade. Embora eu considere isso correto, sou céptico quanto à eficácia da prescrição. Se sou racista, então pouco ou quase nada me importa o sofrimento de quem é alvo de um termo racial usado depreciativamente. Parece-me pouco plausível que um racista inflexível renunciará a suas crenças racistas diante da alegação de que os termos raciais causam injustiças e sofrimentos. Por isso, aqui, limito-me a observar que é possível formular uma versão de (EN) com base no racismo intrínseco¹⁷.

3. As bases do eliminativismo ontológico: o consenso ontológico

O consenso ontológico é a base do eliminativismo ontológico, pois, para este, os termos raciais são vácuos. Se eles são vácuos, então não existe nada no mundo que lhes corresponda. Nisso, portanto, consiste a tese do consenso ontológico. Essa é a razão pela qual adoto o termo “eliminativismo ontológico”. O acréscimo por parte do eliminativismo é propor a eliminação dos termos do léxico em função das injustiças que seus usos causam¹⁸. O consenso ontológico só foi possível graças aos resultados das pesquisas em genética populacional dos anos setenta. Como tal, ele é a negação do racialismo (MALLON, 2004, p. 647). O consenso ontológico difere do eliminativismo, pois ele nega apenas a existência de raças genéticas. Portanto, posso acatar o consenso ontológico sem ser eliminativista normativo, pois a eliminação dos termos raciais deve se seguir de razões normativas. Quais são, afinal de contas, os resultados das pesquisas genéticas dos anos setenta?

Os principais trabalhos em genética evolutiva apresentam resultados muitos semelhantes quanto à variabilidade genética. Aqui, portanto, um dos conceitos centrais é o de variabilidade genética. Os trabalhos, em sequência cronológica, são “*The apportionment of human diversity*” (LEWONTIN, 1972), “*Differences in the relative distribution of human gene diversity between electrophoretic and*

¹⁷ Como mostro na minha tese, o realismo construtivista constitutivo requer as duas dimensões nas suas considerações, pois ele é uma descrição da realidade racial associada a uma prescrição de mudança da mesma. Para a noção de racismo intrínseco, ver Appiah (2010, p. 35).

¹⁸ Aqui, observo que tanto o eliminativismo atribuído quanto o normativo recomendam a eliminação dos termos raciais dos léxicos. Por isso, mantive indeterminado o tipo de eliminativismo nesta formulação. No entanto, o eliminativismo atribuído é falacioso, pois prescreve a eliminação dos termos raciais a partir de uma descrição da realidade. O eliminativismo normativo, porém, não incorre nesse erro, pois prescreve a eliminação dos termos raciais a partir de razões normativas.

red and white cell antigen loci” (MASATOSHI, 1983), “*An Apportionment of Human DNA Diversity*” (CAVALLI; BARBUJANI, 1997) e “*Genetic structure of human populations*” (ROSENBERG, 2002). Como eu disse, os resultados das análises de variabilidade genética que eles apresentam são muito próximos.

A variabilidade genética ou variância alélica diz respeito às formas alternativas de um gene numa determinada população. Costumemente, ela é representada por letras, como, por exemplo, Aa , AA ou BB . Assim, se a minha população apresenta as combinações Aa , Bb e Cc , então ela tem variação alélica. Se um indivíduo apresenta dois alelos iguais de um mesmo gene, como em AA , então ele é homozigoto. Caso ele possua alelos diferentes, como em Aa , então ele é heterozigoto. Desse modo, falar de variabilidade genética é falar de formas alternativas de alelos numa população.

Observe que a população pode ser qualquer grupo reprodutivo de amostra. A minha população pode ser composta por patos ou cobras que habitam determinada ilha, mas também pode ser composta de indivíduos da espécie humana. Assim como nas espécies não humanas, as populações humanas são de diferentes tipos. Posso analisar a variabilidade genética da população que habita a região sul do Brasil ou de uma população que habita o norte da Itália. Embora esta caracterização seja correta, ela é parcialmente correta, pois o conceito de população é um pouco mais complicado.

O conceito de população é um pouco mais complicado, pois ele é ambíguo. As pesquisas científicas operam com três sentidos diferentes de população. Um primeiro sentido é o de populações teóricas, que “são grupos de indivíduos abstratos ou gerais cujas propriedades e componentes são estudados em matemática formal e modelos estatísticos com suposições idealizadas” (WINTHER, 2022, p. 75). Um segundo sentido é o de populações de laboratório, que “são coleções de organismos atuais mantidos num ambiente experimental” (*Ibid.*, p. 75). Por fim, um terceiro sentido é o de população natural, isto é, “coleções de organismos que vivem na natureza” (*Ibid.* p. 75).

Na prática científica, muitas vezes os três sentidos ocorrem conjuntamente. Assim, fazer esta distinção é uma maneira de se evitar erros e confusões. No exemplo acima, usei a noção de população natural, dado que falei de patos, cobras, habitantes do sul do Brasil e do norte da Itália. Aqui, portanto, são populações naturais. No entanto, observo que os dados usados nos estudos genéticos que pressuponho aqui configuram populações teóricas, ainda que os materiais coletados sejam obtidos a partir de populações naturais.

Para complicar um pouco mais, os termos população e raça são frequentemente usados como sinônimos. Por exemplo, posso dizer que a

minha população ou raça analisada é da região sudoeste do Brasil. Portanto, ao falar de populações e raças, é necessário ter em mente que tipo de população trato e se elas são ou não sinônimas. Como se isso não bastasse, é necessário especificar que noção de raça é usada, uma vez que existem diferentes noções. Posso usar os sentidos ordinário, ecológico, geográfico, cladístico, entre outros. Como mostro mais abaixo, os artigos de Lewontin e dos demais geneticistas empregam conceitos antropológicos de raça concomitantemente com noções de populações teóricas e, em alguns casos, com noções de populações naturais.

3.1 Condições para existirem raças: isolamento reprodutivo e mobidade

Um bom exemplo de sinonímia entre os termos raça e população natural ocorre na definição de raça geográfica de Ernst Mayr. Segundo ele, raça enquanto subespécie “é uma subdivisão geograficamente localizada da espécie que difere genética e taxonomicamente de outras subdivisões da espécie” (MAYR, 1999, p. 106). Subdivisões da espécie são subespécies. Estas nada mais são do que populações naturais geograficamente localizadas. Além disso, é necessário que as populações naturais difiram genética e taxonomicamente entre si. Esta definição encapsula três aspectos importantes. Em primeiro lugar, espécies podem ou não terem raças, pois condições específicas devem ser satisfeitas para ocorrer especiação. Em segundo lugar, cada raça está associada a uma região geográfica. Em terceiro e último lugar, a nomeação de raças exige grupos circunscritos (BARBUJANI, 2007, p. 54).

Como os três aspectos mencionados acima interagem? Para responder a esta questão, recorro a um exemplo de Barbujani (*Ibid.*, p. 55). Imagine dois planos cartesianos. As abscissas são altura e as ordenadas são estaturas. A área interna do primeiro plano cartesiano contém quatro círculos que representam os grupos (A), (B), (C) e (D). A e C ficam acima de D e B. A intersecciona-se com D e C, mas não com B. C intersecciona-se com A e B, mas não com D. Por fim, B intersecciona-se com D e C, mas não com A. No outro plano cartesiano, a situação é diferente. Os quatro círculos estão quase que totalmente superpostos. Por isso, poucas áreas ficam sem se intersecionarem¹⁹.

Qual a lição que posso extrair desse exemplo? Suponha que faço parte do grupo C do primeiro plano. Nesse caso, podem acontecer duas

¹⁹ Este esquema representa a biodiversidade de uma espécie. Para tanto, ver Barbujani (2007, p. 55).

situações. Na primeira, eu não fico na área de intersecção entre *C* e *B* ou entre *C* e *A*. Na segunda, eu fico na intersecção entre *C* e *B* ou entre *C* e *A*. Agora, imagine que no outro plano cartesiano, fico exatamente no ponto central dos círculos superpostos. Desse modo, no primeiro plano, posso ser classificado com base na minha altura e peso, pois a margem de dúvida ficará apenas para os casos dos indivíduos que caem nas áreas superpostas. No caso do segundo plano, é diferente, pois é mais difícil de eu ser classificado, uma vez que a maioria das áreas dos círculos superpõe-se. Em se tratando de raças, no primeiro caso posso falar de raças, mas no segundo caso, não.

A pergunta que se segue desse experimento é óbvia. Em qual dos dois planos a espécie humana enquadra-se? Como nesse caso se trata de um conjunto maior de indivíduos, então a classificação dificulta-se, pois as características físicas não servem para este propósito. Isso é assim porque os casos de superposição são inúmeros. Alguém pode objetar que esse modelo funciona para outras espécies que não a humana. De fato, ele funciona. Por isso, ele permite mostrar uma primeira condição que raças devem satisfazer para existirem.

Suponha que comparo um rottweiler com um pug. Há diferenças físicas significativas entre eles, ainda que sejam da mesma espécie, isto é, os dois são *Canis lupus*²⁰. Um é de grande porte e o outro de médio porte; um tem cabeça grande e o outro cabeça pequena; um tem pelagem sempre de cor preta e marrom e o outro tem pelagem tons de abricó, prata, fulva ou preta. Se eles são da mesma espécie, então como é possível existirem estas diferenças significativas entre eles?

Um mecanismo que proporciona esta diferenciação é a intervenção artificial, pois o ser humano *isola* os indivíduos para reproduzirem apenas entre si. Esta, portanto, é uma das primeiras condições que devem ser satisfeitas do ponto de vista biológico para uma raça existir, a saber, *isolamento reprodutivo*. No

²⁰ A classificação dos cachorros é controversa. A taxonomia deles é a seguinte: Reino: Animalia, Filo: Chordata, Classe: Mammalia, Ordem: Carnivora, Família: Canidae, Gênero: Canis, Espécie: *Canis lupus* e Subespécie: *Canis lupus familiaris*. Se sigo a lógica da classificação taxonômica, concluo que as diferentes raças de cachorros são subespécies. No entanto, o que se costuma chamar de raças de cães não são subespécies, pois todas as raças são da mesma subespécie *Canis lupus familiaris*. Consequentemente, o correto seria dizer que elas são sub subespécies, mas isso não existe. Como a classificação dos cachorros é controversa, a Fédération Cynologique Internationale classifica-os em grupos conforme as suas funções, utilidades, características físicas e psíquicas. Desse modo, tem-se dez grupos: grupo 1 (pastores e boiadeiros), grupo 2 (pinschers, schnauzers e molossóides), grupo 3 (terriers), grupo 4 (dachshunds), grupo 5 (spitz e tipo primitivo), grupo 6 (farejadores e assemelhados), grupo 7 (apontadores), grupo 8 (retrievers, levantadores e cães d'água), grupo 9 (cães de companhia e toys) e grupo 10 (galgos ou lebreiros). Nesta classificação, o pug fica no grupo 9 e o rottweiler no grupo 2. Para tanto, ver: <https://fci.be/en/nomenclature/>

caso da espécie humana, as diferentes populações espalhadas pelo globo terrestre cruzam entre si desde os primórdios da nossa espécie. Portanto, o isolamento reprodutivo não é e nunca foi satisfeito pela espécie humana. Há outra condição biológica que também necessita ser satisfeita para que se tenha raças. Uso outro exemplo de Barbujani para explicá-la.

O exemplo é o do guepardo, do krill e do caracol dos Pirineus (BARBUJANI, 2007, pp. 59-60). No caso dos guepardos, um estudo analisou e concluiu que, de 49 genes, 47 são idênticos. Isso significa que eles têm pouca variabilidade genética. Dito de outro modo, todos os guepardos são parentes próximos. O caso do krill é o oposto, mas com o mesmo resultado do guepardo. As diferentes populações de krill possuem alta variabilidade genética. Isso significa que, em diferentes populações, alelos diferentes ocorrem com a mesma frequência. Consequentemente, as diferentes populações são geneticamente idênticas e com alta variabilidade, mas não possuem raças. Por fim, o caracol dos Pirineus é como o krill, uma vez que ele possui alto grau de variabilidade genética. No entanto, é possível distinguir diferentes populações em cada região dos Pirineus.

Existem razões para cada um desses quadros genéticos. O caso dos guepardos se deve à sua quase extinção. Como poucos indivíduos sobreviveram, eles passaram a cruzar entre si. O caso do krill se deve à sua grande *mobilidade*, dado que eles percorrem longas distâncias em função das correntes marítimas. Por fim, o caracol dos Pirineus tem duas peculiaridades. A sua capacidade de movimentação é lenta e eles habitam regiões com obstáculos geográficos (montanhas). Desse modo, o segundo fator genético relevante para variabilidade genética é a *mobilidade*.

Isolamento reprodutivo e *mobilidade*, portanto, são os dois fatores importantes que determinam a existência ou não de raças numa espécie, assim como o surgimento de novas raças no interior de uma espécie. Quanto maior o isolamento dos indivíduos, maior a probabilidade de se ter diferentes raças numa espécie. Quanto maior a mobilidade, maior a troca genética entre os indivíduos e menor a probabilidade de existirem raças numa espécie. Nesse exemplo, mencionei um conceito fundamental para se entender tanto os resultados das pesquisas genéticas dos anos setenta quanto o argumento elimanativista. Trata-se da *variabilidade genética*. Como ele é um conceito central, passo para sua análise.

A literatura biológica mantém certa *variabilidade* no uso dos seus termos técnicos, como variabilidade e diversidade. Algumas vezes, a variabilidade é empregada como sinônimo de diversidade. Também é possível

encontrar os termos variância, diversidade biológica e diversidade humana. Específico os sentidos de cada um destes termos para evitar confusões.

Em primeiro lugar, variabilidade é “a variação genética numa espécie entre populações separadas geograficamente e entre indivíduos numa mesma população” (PRIMACK, 2010, p. 23). Nesse sentido, variabilidade é o mesmo que diversidade genética. Esta, mais a diversidade de espécies e a diversidade ecossistêmica compõem a diversidade biológica ou biodiversidade (*Ibid.*, p. 23). A diversidade de espécies é o somatório total ou todas as espécies da Terra. A diversidade ecossistêmica diz respeito às diferentes comunidades biológicas e as suas associações com ambientes químico e físico. Desse modo, a biodiversidade engloba todas as espécies e comunidades biológicas, a variação genética *intraespécies* e todos os processos de ecossistemas. A diversidade biológica, por sua vez, difere da diversidade humana. Aquela inclui todas as espécies, esta se restringe à espécie humana. Além disso, a diversidade humana engloba a variabilidade genética e os fatores ambientais e culturais (BARBUJANI, 2007, pp. 46-47). Por fim, variância genética é a expressão estatística de quanto diferentes entre si são os DNAs ou proteínas de uma, ou mais amostras de indivíduos. Posto isso, passo a explicar a noção de variabilidade, ou melhor, como ela é medida.

Novamente, adoto uma explicação de Barbujani, pois ela é didática, de fácil compreensão e evita os detalhes técnicos complexos (*Ibid.*, pp. 81-91). Suponha que tenho um conjunto constituído de cem indivíduos. Estes, na verdade, nada mais são que uma população. Nesse caso, comparo cem vezes noventa e nove, ou seja, tenho nove mil e novecentas comparações. Suponha também que o conjunto dos cem indivíduos inclui pessoas de todas as regiões do planeta. Portanto, tenho uma população variada.

Dado isso, posso comparar brasileiros brancos com brasileiros brancos, brasileiros negros com brasileiros negros, brasileiros negros com brasileiros brancos, brasileiros negros com nigerianos negros, brasileiros brancos com italianos brancos, brasileiros negros com italianos brancos, e assim por diante. Dito de outro modo, posso fazer comparações *intra-populações* e *entre-populações*, e, além disso, considerar o fator racial.

Considere como exemplo dois indivíduos da mesma população e dois indivíduos de populações diferentes. Agora, assuma que entre indivíduos da mesma população existe uma média de cinquenta diferenças e entre indivíduos de populações diferentes uma média de sessenta diferenças. Nesse caso, indivíduos de populações diferentes possuem dez diferenças a mais em relação a indivíduos da mesma população.

Por fim, suponha que duas pessoas de raças diferentes possuem cem diferenças entre si. Nesse caso, há um aumento de quarenta diferenças, ou seja, cem menos sessenta, que é igual a quarenta diferenças. Portanto, a variabilidade entre indivíduos da mesma população é de cinquenta por cento. A variabilidade entre indivíduos de populações da mesma raça é dez por cento e entre raças diferentes é de quarenta por cento.

Dado o quadro acima, se existem raças, então a variabilidade *entre* elas deve ser grande, mas, se ela não for grande, então não existem raças. Duas perguntas óbvias se seguem disso. A primeira é quanto ao que é comparado entre os indivíduos. A segunda, um pouco mais complicada de responder, é: como é possível que as pesquisas genéticas concluam que não existem raças, mas comparem indivíduos de raças diferentes, sejam eles da mesma ou de diferentes populações?

3.2 Dados e ambiguidades

A resposta para a primeira questão acima é que se trata de comparar a frequência de certos genes, seja *intra* ou *entre* populações. Os trabalhos de Lewontin, Barbujani e Cavalli, Masatoshi e Rosenberg fizeram exatamente isso. No primeiro deles, “*The apportionment of human diversity*” (LEWONTIN, 1972), Lewontin analisou dezessete genes nas populações mais conhecidas da sua época. Além disso, incluiu sete raças consideradas até então como clássicas: caucasiana, negra africana, mongoloide, aborígenes do sul da Ásia, ameríndia, nativos da Oceania e a aborígine australiana. O segundo trabalho foi “*Differences in the relative distribution of human gene diversity between electrophoretic and red and white cell antigen loci*” (MASATOSHI, 1983). Massatoshi analisou vinte e cinco genes em dezoito populações e considerou as raças negra, branca e amarela. No terceiro, “*An apportionment of human DNA diversity*” (CAVALLI; BARBUJANI, 1997), Cavalli e Barbujani analisaram cento e nove genes em dezesseis populações. No último trabalho, “*Genetic structure of human populations*” (ROSENBERG, 2002), Rosenberg analisou trezentos e setenta e sete genes em cinquenta e duas populações. O procedimento que ele adotou foi identificar seis grupos genéticos principais e alocá-los geograficamente. Desses, cinco foram identificados com regiões geográficas e um identificado como um grupo particular ou à parte. Uma observação importante é que nos dois últimos estudos não aparecem segmentações raciais, embora eles permitam inferências sobre raças.

Cada um desses estudos, portanto, obteve uma variância genética. Elas estão resumidas na tabela abaixo²¹:

RESULTADO PARA	LEWONTIN	MASATOSHI	CAVALLI BARBUJANI	ROSENBERG
<i>Intra</i> -população	85%	86%	85%	95%
<i>Entre</i> -população	8%	3%	5%	5%
<i>Entre</i> -raças	6%	11%	10%	x

Os números acima fornecem várias informações. Em primeiro lugar, se comparo os resultados obtidos por cada pesquisador para a variabilidade genética *intra-populacional*, então posso afirmar que os três primeiros resultados são muito próximos e o último resultado é o mais dispare, porque é o mais alto. A diferença entre os dois valores mais baixos e o mais alto é de 10%. Em segundo lugar, se comparo os valores da diversidade genética *entre* populações, então o valor mais alto é o de Lewontin e o mais baixo é o de Masatoshi. Assim, posso dizer que a diferença entre estes dois é relativamente significativa, pois é 5%. Por fim, o valor mais alto obtido *entre raças* é o de Masatoshi. A diferença entre o valor obtido por Masatoshi e o valor obtido por Cavalli e Barbujani é 1%. Por sua vez, relativamente ao resultado de Lewontin, é 5%.

Há duas informações que estes dados fornecem e que devem ser observadas na totalidade. Se comparo, caso a caso, os valores obtidos para variabilidade genética *intra*-populações com os valores para variabilidade genética *entre* populações, a diferença é significativa em todos os casos. No caso de Lewontin, a diferença é de 77%. Para Masatoshi, Cavalli e Barbujani e Rosenberg, respectivamente, são 83%, 80% e 90%. O valor mais alto, portanto, é o de Rosenberg. Se faço o mesmo com os valores obtidos para variabilidade genética *intra*-populações e para variabilidade genética *entre* raças, os resultados são, respectivamente, 79%, 75% e 75%. Por fim, se faço o mesmo para *entre* populações e *entre* raças, então tenho o resultado positivo de 2% para Lewontin e os resultados negativos de -8% e -5%, respectivamente, para Masatoshi e Cavalli e Barbujani. Mas o que isso tudo significa?

Para responder à questão acima, suponha que a minha população é composta por dois nigerianos típicos e dois italianos típicos²². Desse modo,

²¹ Retiro estes dados de Barbujani (2007, pp. 81-91).

²² Por “típico” entendo alguém que nasceu em território italiano e que possui características morfológicas típicas como pele branca e olhos claros. O mesmo vale para o nigeriano com pele negra e olhos escuros.

posso comparar a variabilidade genética entre os dois nigerianos típicos ou entre os dois italianos típicos. Nesse caso, a variância genética deve estar nos valores mais altos da primeira linha da tabela, dado que se trata da variabilidade genética *intra-população*. Os dois nigerianos ou os dois italianos, portanto, são *altamente* diversos entre si do ponto de vista genético.

Agora, se comparo um nigeriano típico com um italiano típico, então, conforme os valores obtidos, eles possuem *pouca* diversidade genética entre si, pois eles caem no grupo *entre* populações. Por fim, se comparo um negro italiano típico²³ e um branco italiano típico, a variabilidade genética é ainda menor. A conclusão óbvia que se segue é que pessoas de uma mesma população (*intra-população*) são geneticamente mais diversas entre si e pessoas de populações diferentes (*entre-populações*) são geneticamente menos diversas. Dito de outra forma, um negro nigeriano e um branco italiano são pouco diversos geneticamente, ao passo que dois nigerianos ou dois italianos são geneticamente muito diversos.

Portanto, se a variabilidade genética entre o nigeriano e o italiano é muito baixa, então eles são geneticamente muito semelhantes. Aqui, porém, há um resultado inusitado. A princípio, os dois nigerianos típicos deveriam pertencer à mesma raça, mas eles são geneticamente muito diferentes e o mesmo vale para os dois italianos típicos. Desse modo, se existem raças genéticas, então devo concluir *absurdamente* que (1) o negro nigeriano e o branco italiano são da mesma raça e (2) os dois nigerianos ou os dois italianos são de raças diferentes.

Resta responder à segunda questão que levantei anteriormente. Como os geneticistas falam da raça caucasoide, entre outras, e concluem que não existem raças? Isso não seria uma contradição evidente? A resposta curta e direta para esta última questão é um sonoro não. É claro, porém, que são necessárias explicações. Lewontin não incorre em contradição quando afirma que usa a classificação clássica para suas análises, nem quando concluiu que não existem raças, uma vez que são dois usos ou sentidos do termo raça em jogo. Se alguém quiser adotar um jargão wittgensteiniano, pode dizer que são dois jogos de linguagem diferentes. Os antropólogos jogam um jogo de linguagem e os geneticistas jogam outro jogo de linguagem²⁴. Você pode até dizer que estes jogos mantêm ares de família entre si e que o que há de comum entre eles é a palavra raça. O sentido que a palavra raça assume num jogo e no outro, porém, é diferente. No caso clássico, raça diz respeito a populações

²³ Um negro nascido na Itália.

²⁴ Por razões que já mencionei e que analiso na minha tese, as classificações raciais clássicas também são falsas.

classificadas com base em características morfológicas superficiais. No caso da genética, diz respeito a populações classificadas em propriedades genéticas.

Há, portanto, dois sentidos diferentes de raça. Um é o sentido clássico, antropológico ou das ciências humanas. Outro é o sentido genético de raça. O importante é salientar que as pesquisas genéticas autorizam negar a existência de raças como propriedade genética. Disso não se segue que elas autorizem negar a existência de raças no sentido social ou outro qualquer. Creio, no entanto, que valha a pena passar em análise os estudos clássicos para corroborar esta explicação.

3.2.1 O uso de termos raciais em genética populacional

A aparente contradição nas pesquisas genéticas dissolve-se porque há dois sentidos do termo raça em jogo. Um é o clássico e outro é o genético. Além disso, as classificações clássicas significam população reprodutiva, subpopulação reprodutiva ou subgrupo. Neste caso, há uma sobreposição de população teórica e natural, pois o objetivo desse uso é delimitar os indivíduos circunscritos a uma determinada região geográfica de acordo com certos ideais de raça. Dito de outra maneira, dado um tipo ideal, as amostras naturais são alocadas nos tipos correspondentes. Desse modo, determinado subgrupo corresponde a determinada região geográfica e determinada população teórica corresponde a determinada população natural. Nas análises genéticas, entretanto, os pesquisadores obtêm dados a partir de populações naturais. Analisam estes dados em termos das suas variabilidades genéticas, expressas por variâncias genéticas. Demonstro esse uso na análise que se segue.

Começo com o artigo “*Population structure and human evolution*” (Cavalli, 1966), que, embora não componha os principais trabalhos da genética evolutiva pós-anos setenta, tem dupla relevância. Do ponto de vista teórico, foi um dos primeiros a empregar as novas técnicas laboratoriais que permitiram o desenvolvimento da genética populacional dos anos setenta. Do ponto de vista histórico, ele apresenta a primeira árvore evolutiva humana com base nas novas técnicas de análise genética (*Ibid.*, p. 375). Devo ressaltar que, em relação ao que interessa aqui, este trabalho de Cavalli não contém nenhum uso ou sequer menção ao termo raça. O mais próximo disso são as menções ao termo etnia, que contabilizam um total de cinco.

As duas primeiras ocorrências do termo etnia dão-se no contexto da discussão sobre as dificuldades ou objeções ao uso da fórmula para calcular a variação da frequência genética (*Ibid.*, pp. 366-367). Nesse sentido, a primeira

ocorrência é na explicação sobre quantos grupos étnicos foram usados na pesquisa desenvolvida. A pesquisa recorreu a quinze grupos étnicos ao todo. O estudo considerou ganeses, bantos, etíopes, ingleses, lapões, turcos, vedas, gurkhas²⁵, coreanos, papuásios, australianos, maoris, ameríndios do sul, ameríndios do norte e esquimós.

A segunda ocorrência é na explicação da terceira dificuldade enfrentada pelo método usado na pesquisa. A dificuldade diz respeito ao binômio separação-tempo. A fórmula usada para calcular a variabilidade genética não captura com exatidão as separações que ocorrem e que levam a um determinado grupo étnico, pois esta separação ocorre ao longo de um processo temporal e não num único momento de tempo (*Ibid*, p. 368).

A terceira ocorrência é na discussão sobre o gráfico que mostra como uma variação padrão comporta-se numa única deriva genética²⁶. O ponto em questão é que o resultado do gráfico mencionado estipula um tempo de separação entre os principais grupos étnicos que alguns antropólogos poderiam aceitar (*Ibid*, p. 368).

As duas últimas ocorrências do termo etnia aparecem logo após a árvore da evolução humana (*Ibid*, pp. 375-376). Nestas Cavalli refere-se aos grupos étnicos aos quais foram aplicados marcadores genéticos. Os sete principais grupos étnicos avaliados a fim de calcular a distância a partir de uma matriz de frequência genética foram os europeus, os extra europeus e caucasoides, os mongóis, os ameríndios e indianos, os esquimós, os africanos, os australianos e os Melanésios.

Ao longo do artigo não há nenhuma menção ou uso do termo raça e os seus correlatos. No entanto, há cinco usos do termo etnia. O importante sobre estes usos é que eles são perfeitamente intercambiáveis com o termo população. Dito de outra forma, etnia e população são sinônimos. Por exemplo, a primeira ocorrência de etnia é na explicação da tabela que contém a variação da frequência genética mundial. Para tanto, os grupos étnicos considerados foram os já disponíveis na literatura. Os resultados desta pesquisa são comparáveis com outro estudo de Cavalli no qual ele considerou quinze populações²⁷. Estas quinze populações são as mesmas que estão na árvore da evolução humana. Portanto, etnia e população são termos usados como sinônimos. A situação difere um pouco em relação ao artigo de Lewontin, embora a sinonímia entre raça e população se mantenha.

²⁵ Povo do Nepal.

²⁶ Deriva genética é a mudança aleatória na frequência alélica de uma geração para outra. Ver Prímac (2010, p. 251).

²⁷ Ver Cavalli (1964).

O artigo “*The apportionment of human diversity*” (LEWONTIN, 1972) contém cento e quarenta e quatro ocorrências do termo raça, excetuando-se as ocorrências nas referências bibliográficas. Desse total, cinco são em títulos de tabelas e cinquenta e quatro são como subíndice de variáveis. O resto são ocorrências que podem conter algum uso com um sentido que, na falta de um termo melhor, chamo substancial. Com isso quero dizer apenas e simplesmente que este uso tem relação com o ponto central desta seção. Antes de explicá-los, analiso rapidamente os dois primeiros.

A ocorrência como título de tabela é muito simples. A segunda tabela do artigo, por exemplo, lista as populações cujos genes foram investigados conforme a classificação racial adotada no estudo (*Ibid.*, p. 387). Ao todo são sete raças, a saber, caucasiana, negra africana, mongoloides, aborígenes do sul da Ásia, ameríndia, nativos das ilhas oceânicas e aborígenes australianos. Cada uma delas comporta vários subgrupos. Apenas a título de exemplo, a negra africana inclui bantos, quenianos, ganeses e mais trinta e dois grupos. Aqui, porém, o importante é que o uso do termo raça é como título da tabela e há mais quatro usos desse tipo no artigo.

O uso de raça como subíndice de variável tem uma natureza mais técnica. Em primeiro lugar, tem-se a letra que representa a diversidade de espécies numa comunidade ecológica (*Ibid.*, p. 388). Neste caso, a letra é H e ela representa o cálculo taxonômico para três níveis da frequência genética. Primeiro, para H_s , que representa o cálculo da frequência genética de cada população para cada gene. A média de H_s para cada população numa raça é representada por H_{pop} . Segundo, para $H_{raça}$, que representa o cálculo de H com base na frequência genética média de todas as populações de uma raça. Observe que africanos, por exemplo, comportam trinta e cinco grupos. Terceiro, para $H_{espécie}$, que representa o cálculo de H com base na média da frequência genética num *locus* em todas as populações da espécie. O uso como subíndice de variável, portanto, nada mais é do que uma convenção para representar determinado cálculo da frequência genética.

As oitenta e cinco ocorrências restantes do termo raça que caem sob o meu rótulo de uso substancial podem ser agrupadas em oito tipos. Na verdade, eles marcam oito momentos distintos das análises de Lewontin. Desse modo, os momentos em ordem são “introdução ao problema da variação”, “classificação racial com bases morfológicas”, “possibilidade de calcular a variação genética *intra* e *entre* populações e raças”, “segundo problema metodológico”, “técnica inapropriada para calcular a variação genética”, “resultados da frequência genética para cada raça”, “detalhes sobre os resultados” e “resultados notáveis”. É claro que esta classificação tem um

sabor arbitrário, mas ela é útil para fins analíticos e para destacar um ponto que considero fundamental.

Sob o título “introdução ao problema da variação” (*Ibid.*, pp. 381-383), há quatro ocorrências do termo raça. Todas elas são menções às concepções ou posições sobre a variabilidade racial no debate genético da época. Mesmo as sete raças com base nas quais são agrupadas as populações analisadas são assumidas por Lewontin a partir do que era usual na época. Isso é importante de se ter em mente, pois ajuda a compreender o tom negativo ao final do artigo, uma vez que as variâncias genéticas permitem afirmar a inexistência de raças, dado que a variabilidade genética é maior *intra*-populações do que *entre*-populações.

Uma maneira de se interpretar tudo isso é ler estes usos do termo raça como ocorrendo no antecedente de um condicional. Isso pode ser feito mais ou menos assim: se considero as populações de cada uma das sete raças, então as variâncias genéticas serão tais-e-tais. Considero as populações de cada uma das sete raças. Portanto, as variâncias genéticas serão tais-e-tais. Se leio o artigo desta maneira, então é óbvio que Lewontin não assume que existam raças²⁸. Consequentemente, isso coaduna-se com o resultado das análises fornecidas. É útil, no entanto, considerar um ou outro destes casos.

Começo pelas ocorrências que caem sob o título de “Segundo problema metodológico”. Aqui, a questão é quanto à classificação racial. As análises fornecidas discriminam a diversidade *intra* e *entre* populações, mas também a diversidade *intra* e *entre* raças. Nesse ponto, Lewontin reconhece que, embora existam problemas objetivos para classificar as populações humanas em raças, as práticas antropológicas, genéticas e sociais procedem dessa maneira (*Ibid.*, pp. 385-386).

Classificar os grupos humanos em raças é tentar codificá-los por meio de nós relativos à distribuição de traços morfológicos e culturais. Embora estes nós existam no espaço taxonômico, as populações estão espalhadas entre eles. Consequentemente, os limites entre elas são arbitrários. Como exemplo disso, Lewontin pede para se considerar o caso de um aborígene da Papua e um nativo sul-americano. Com base nos traços morfológicos ninguém os confunde. No entanto, é impossível fornecer um critério objetivo para traçar uma linha reta de tal forma que ela parta do nativo sul-americano, passe pelos polinésios, micronésios, melanésios, até chegar aos papuas.

Diante dessa dificuldade, a alternativa é assumir os grupos clássicos listados na tabela que mencionei acima, a saber, caucasianos, negros africanos,

²⁸ Corretamente formulado, portanto, o argumento é uma afirmação do antecedente. A linha da tabela de verdade dele tem o condicional verdadeiro, o antecedente falso e a conclusão verdadeira.

mongoloides, aborígenes do sul da Ásia, ameríndios, nativos das ilhas oceânicas e aborígenes australianos. Lewontin faz exatamente isso. Desse modo, a questão é saber o quanto da diversidade humana é capturada pela classificação racial convencional.

Para finalizar, analiso as ocorrências que caem sob o título “Resultados surpreendentes” (*Ibid.*, pp. 396-397), pois elas permitem mostrar a coerência com a linha interpretativa que sugeri. Os usos substanciais de raça são compreendidos de modo mais adequado como o antecedente do condicional de uma afirmação do antecedente. Neste caso, os usos de raça ocorrem nas comparações entre os resultados obtidos. Por exemplo, os resultados de H_{pop} são menores para aborígenes do sul da Ásia, aborígenes australianos nativos da Oceania e ameríndios do que para caucasianos, negros africanos e mongoloides.

Por fim, após listar e fazer todas as comparações entre os valores obtidos, Lewontin *afirma*, observe, *afirma*: “A classificação racial humana não tem valor social e é positivamente destrutiva para as relações sociais e humanas. Uma vez que tal classificação racial é agora vista como virtualmente sem significância genética ou taxonômica, nenhuma justificativa pode ser oferecida para sua continuidade”²⁹ (*Ibid.*, p. 397). Se leio esta passagem e as demais ocorrências do termo raça como simples afirmações, então tenho uma óbvia contradição, pois aqui ele diz que não existem raças e alhures ele diz que existem raças. Isso, no entanto, não é o caso, seja para este artigo, seja para qualquer um dos que estou analisando aqui, pois estes geneticistas não assumem que existam raças humanas genéticas, nem mesmo as clássicas.

Em “*Differences in the Relative Distribution of Human Gene Diversity between Electrophoretic and Red and White Cell Antigen Loci*” (MASATOSHI, 1983), há oito menções à raça e uma à etnia. Uma aparece na introdução e outras duas na seção “Materiais e Métodos”. As cinco restantes, assim como a ocorrência do termo etnia, estão na seção “Resultados e Conclusões”.

Na primeira ocorrência, Masatoshi se refere ao objetivo do artigo, a saber, “relatar os resultados de uma análise hierárquica da diversidade genética

²⁹ De acordo com minha interpretação, esta passagem é uma evidência para a falsidade do antecedente da afirmação do antecedente que formulei acima. O argumento é “se considero as populações de cada uma das sete raças, então as variâncias genéticas serão tais-e-tais. Considero as populações de cada uma das sete raças. Portanto, as variâncias genéticas serão tais-e-tais”. Nele, o condicional é verdadeiro, o antecedente do condicional afirmado é falso e a conclusão é verdadeira. Por que o antecedente é falso? Porque ao considerar as populações de cada uma das sete raças, constato que “tal classificação racial é agora vista como virtualmente sem significância genética ou taxonômica, nenhuma justificativa pode ser oferecida para sua continuidade”.

intra e entre 18 populações que representam diferentes raças de todo mundo” (*Ibid.*, p. 94).

Em uma das ocorrências de “Materiais e Métodos”, ele se refere à base de dados de frequência genética usada no seu estudo. A base foi obtida de extensos estudos sobre as relações genéticas entre raças humanas³⁰. Na sequência, ele enumera as dezoito raças: lapões, ingleses, italianos, iranianos, indianos do norte, malaios, chineses, japoneses, polinésios, micronésios, indígenas da América do Sul, esquimós, indígenas da América do Norte, aborígenes australianos, papuas, nigerianos, bantus e bosquímanos.

As três primeiras menções ao termo raça em “Resultados e Conclusões” são às principais raças usadas por Lewontin em um de seus estudos, a saber, caucasoide, mongoloide e negroide. As duas últimas são no contexto de comparação entre os resultados obtidos por Lewontin e Latter e os resultados de Masatoshi para a variabilidade genética entre raças. Por fim, o termo etnia aparece no final do artigo. Neste caso, o contexto é uma recomendação de uso dos dados obtidos para serem adotados como padrões de comparação entre espécies, pois o homem é o mais conhecido para diferentes *loci* que cobrem uma grande extensão de grupos étnicos e condições ambientais. Em nenhum desses casos, há um sentido destoante para raça e o termo etnia pode ser entendido como sinônimo de raça. Esta, por sua vez, é entendida como população ou subpopulação.

Em “*An apportionment of Human DNA Diversity*” (CAVALLI; BARBUJANI, 1997), há seis ocorrências do termo raça. Uma no resumo do artigo e outra na introdução. A terceira no título da seção “Implications for the Existence of Races in Humans” e três ocorrências no primeiro parágrafo desta mesma seção. Começo pelo resumo.

O resumo menciona a questão da existência de raças de imediato. Segundo os autores, “frequentemente considera-se como garantido que a espécie humana é dividida em grupos bem homogêneos ou raças, entre os quais as diferenças biológicas são grandes (...)” (*Ibid.*, p. 4516). No entanto, continuam eles, os “estudos de frequência alélica não suportam esta visão, embora não tenham sido suficientes para excluí-la” (*Ibid.*, p. 4516). Disso se segue a necessidade e relevância do trabalho apresentado. Nitidamente, portanto, a preocupação deles é com a questão sobre a existência de raças. A preocupação decorre do fato de que, embora as pesquisas já desenvolvidas tenham indicado a inexistência de raças, a questão ainda aparece no debate acadêmico. Este é o contexto da segunda ocorrência do termo.

³⁰ Trata-se dos trabalhos de Lewontin (1972), Masatoshi (1972, 1974 e 1982) e Latter (1980).

As demais, excetuando o título da seção, ocorrem próximas umas das outras, ou seja:

Mas o que esses resultados implicam para o conceito de raça? Embora não se tenha alcançado consenso sobre quantas raças existem na nossa espécie, com o quadro proposto alcançando de 3 a 200, em geral, uma espécie é dividida em raças quando ela pode ser considerada como um conjunto de indivíduos essencialmente descontínuo (*Ibid.*, p. 4518).

Na primeira ocorrência acima, o termo raça não tem nenhum sentido especial. Na segunda, embora cause certo assombro a ideia de que há de três a duzentas raças, trata-se do que é proposto por pesquisas antropológicas³¹. A última ocorrência do termo é relevante, pois expressa a condição biológica para existir raça em uma determinada espécie.

Conforme a condição, uma espécie é uma raça quando ela é um conjunto de indivíduos *essencialmente* descontínuo. Segundo o que eu disse antes sobre o conceito biológico de raça, esta condição nada mais faz do que condensar as condições de isolamento reprodutivo e mobilidade. Se um grupo tem muita mobilidade, então isso implica muita troca genética via reprodução, tal como acontece com o krill. Este, além de ter alta mobilidade, não tem isolamento reprodutivo. O caracol dos Pirineus tem isolamento reprodutivo e pouca mobilidade. Embora a espécie humana não seja exatamente como o krill, sua situação é parecida, pois ela tem alta mobilidade e, com poucas exceções de alguns grupos, baixo isolamento reprodutivo.

Por fim, devo dizer algo sobre o artigo de Rosenberg. Ele não contém nenhuma ocorrência do termo raça ou análogos. A situação é muito parecida com o artigo de Cavalli. Penso que uma hipótese explicativa para estes dois casos é a seguinte. Cavalli publicou seu trabalho no ano de 1966 e Rosenberg em 2002. O primeiro não tinha a questão sobre a existência de raças genéticas no seu horizonte de preocupações teóricas, pois ela não estava posta para os seus estudos. O segundo não tinha esta preocupação, pois os estudos que o precederam confirmaram a inexistência de raças genéticas na espécie humana.

4. Conclusão

O meu principal objetivo neste texto era sustentar que não é o caso que raças sejam essências genéticas. Formulado explicitamente, meu

³¹ Ver Armelagos (1974).

argumento era o seguinte: se raças são essências genéticas, então existem diferenças genéticas essenciais entre as raças. Não é o caso que existem diferenças genéticas essenciais entre as raças. Portanto, não é o caso que raças sejam essências genéticas.

Para sustentar a conclusão do meu argumento, estruturei este texto em três seções. Na primeira intitulada “Eliminativismos”, distingui o eliminativismo atribuído do normativo e do ontológico. Desse modo, mostrei o caráter falacioso do eliminativismo atribuído, uma vez que ele prescreve a eliminação dos termos raciais a partir de uma descrição da realidade. Além disso, delimitei o âmbito antológico no qual a minha versão de eliminativismo opera. Na segunda seção intitulada “As bases do eliminativismo ontológico: o consenso ontológico”, eu tinha quatro objetivos. Primeiro, apresentei o consenso ontológico, ou seja, a tese segundo a qual não existem raças genéticas humanas. Segundo, mostrei que o isolamento reprodutivo e a mobilidade são duas condições que devem ser satisfeitas para ocorrer especiação em espécies não humanas. Terceiro, apresentei e expliquei os principais resultados da genética populacional dos anos setenta para a variabilidade alélica da espécie humana. Estes resultados são a expressão matemática do consenso ontológico. Com base neles fica evidente que não existem raças genéticas, uma vez que a variabilidade genética *intra*-populacional é maior que a *entre*-populacional. Por fim, em quarto lugar, analisei o uso que os geneticistas fazem dos termos raciais. Desse modo, dissipei uma possível objeção de contradição às principais pesquisas em genética populacional. Segundo esta objeção, os geneticistas incorrem em contradição, uma vez que falam de diferentes raças e afirmam que não existem raças. Não há contradição alguma, pois os geneticistas operam com dois sentidos da palavra raça e o argumento geral deles para negar a existência de raças é uma afirmação do antecedente, na qual o condicional é verdadeiro, o antecedente do condicional afirmado é falso e a conclusão é verdadeira. O antecedente é falso, pois as classificações raciais são insignificantes do ponto de vista taxonômico e genético.

5. Referências

- ANDREASEN, R. “A new perspective on the race debate”. In: *British Journal Philosophy of Science*, v. 49, pp. 199-225, 1998.
_____. Biological conceptions of race. In: MATTHEN, M.; STEPHENS, C. *Philosophy of biology*. Amsterdam: Elsevier B. V., 2007.

- _____. “The cladistic race concept: a defense”. In: *Biology and Philosophy*, v. 19, pp. 425-442, 2004.
- APPIAH, K. A. “How to decide if races exist”. In: *The Aristotelian Society*, v. 106, pp. 365-382, 2006b.
- _____. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- _____. “The conservation of race”. In: *Black American Literature Forum*, nº 01, v. 33, pp. 37-60, 1989.
- _____. “The uncompleted argument: Du Bois and the illusion of race”. In: *Critical Inquiry*, v. 12, pp. 21-37, 1985.
- _____. Why there are no human races. In: SOBER, E. *Conceptual Issues in Evolutionary*. Cambridge: MIT Press, 2006a.
- ARMELAGOS, G. “Racism and Physical Anthropology: Brues’s Review of Barkan’s The Retreat of Scientific Racism”. In: *American Journal of Physical Anthropology*, v. 93, pp. 381-383, 1974.
- ATKIN, A. *The philosophy of race*. London: Routledge, 2014.
- BARBUJANI, G. *A invenção das raças*. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2007.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Tradução Floriano de Souza Nascimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- BLOOR, D. *Conhecimento e imaginário social*. Tradução Marcelo do Amaral Penna-Forte. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CARTER, J. A. “Does ‘Race’ Have a Future or Should the Future Have ‘Races?’ Reconstruction or Eliminativism in a Pragmatist Philosophy of Race”. In: *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, nº 01, v. 50, pp. 29-47, 2014.
- CAVALLI-SFORZA, L. L. “Population Structure and Human Evolution”. In: *Proceedings of the Royal Society of London*, v. 164, pp. 362-379, 1966.
- _____; Barbujani, G. “An apportionment of human DNA diversity”. In: *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, nº 09, v. 94, pp. 4516-4519, 1997.
- _____; EDWARD, A. W. F. “Analysis of human Evolution”. In: *Genetics Today*. nº 3, pp. 923-933, 1964.
- EKLUND, M. “What are thick concepts?”. In: *Canadian Journal of Philosophy*, nº 01, v. 41, pp. 25-50, 2011.
- ELSTEIN, D.; HURKA, T. “From thick to thin: two moral reduction plans”. In: *Canadian Journal of Philosophy*. v. 39, nº 04, pp 515-536, 2009.
- HASLANGER, S. “A social constructionist analysis of race”. In.: KOENIG, B.; et al. *Revisiting race in a genomic age*. London: Rutgers University Press, 2008.

- _____. *Resisting reality: social construction and social critique*. New York: Oxford University Press, 2012.
- KITCHER, P. “Race, Ethnicity, Biology, Culture”. In: KITCHER, P. *In Mendel's Mirror: philosophical reflections on biology*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- LATTER, B.D.H. “Genetic differences within and between populations of the major human subgroups”. In: *Am. Nat.* v. 116, pp. 220-237, 1980.
- LEWONTIN, R. “The apportionment of human diversity”. In: *Evolutionary Biology*, n° 6, pp. 381-398, 1972.
- MALLON, R. “Passing, Traveling, and Reality: social constructionism and the metaphysics of race”. In: *Nôus*, v. 38, n° 4, pp. 644-673, 2004.
- MACHERY, E.; FAUCHER, L. “Social construction and the concept of race”. In: *Philosophy of Science*, n° 72, pp. 1208-1219, 2005.
- MASATOSHI, N. “Differences in the relative distribution of human gene diversity between electrophoretic and red and white cell antigen loci”. In: *Hum. Hered.*, v 33, pp. 93-102, 1983.
- _____. “Gene differences between caucasian, negro, and japanese populations”. In: *Science*, v. 177, pp. 434-436, 1972.
- _____. “Genetic relationship and evolution of human races”. In: *Evol. Biol.* v. 14, pp. 1-59, 1982.
- _____. “Genetic variation within and between the three major races of man, caucasoids, negroids, and mongoloids”. In: *Am. J. Hum. Genet.* v. 26, pp. 421-443, 1974.
- MAYR, E. *Systematics and the origin of species from the viewpoint of a zoologist*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MILLS, C. *Blackness visible: essays on philosophy and race*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- _____. “Ignorância branca”. Tradução Breno Santos. *Griot revista de filosofia*, v. 17, n. 01, pp. 413-438, 2018.
- _____. *O contrato racial*. Trad. Teófilo Reis; Breno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- MISCEVIC, N. “Slurs and thick concepts: is the new expressivism tenable?”. In: *Croatian Journal of Philosophy*. v. 11, n.º 32, pp. 157180, 2011.
- NEY, A. *Metaphysics: an Introduction*. New York: Routledge, 2014.
- PAYNE, A. “A new account of thick concepts”. In: *The Journal of Value Inquiry*, v. 39, pp 89-103, 2005.
- PIGLIUCCI, M.; KAPLAN, J. “On the Concept of Biological Race and Its Applicability to Humans”. In: *Philosophy of Science*, v. 70, n° 05, pp. 1161-1172 2003.

- PRIMACK, R. *Essentials of Conservation Biology*. Sunderland: Sinauer Associates, 2010.
- ROSENBERG, N. "Genetic structure of human populations". In: *Science*, v. 298, pp. 2381-2385, 2002.
- TAPPOLET, C. "Through thick and thin: good and its determinates". In: *Dialectica*, nº 02, v 58, pp. 207-221, 2004.
- TAYLOR, P. "Appiah's uncompleted argument: W.E.B. Du Bois and the reality of race". In: *Social Theory and Practice*, v. 26, nº 01, pp. 103-128, 2000.
- WINTHER, R. G. *Our genes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- ZACK, N. *Philosophy of race: an introduction*. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, 2018.
- _____. *Philosophy of science and race*. New York: Routledge, 2022.
- _____. *Race and mixed race*. Temple: Temple University Press, 1993.
- _____. *Thinking about race*. Belmont: Wadsworth Cengage Center, 2006.
- _____. "Why I write so many books about race". In: *Journal of World Philosophies*, nº 01, pp. 131-137, 2016.

Email: rogerio.saucedo@ufpe.br

Recebido: 11/2024

Aprovado: 11/2025